

O JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ORFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXXXX / DF.

Fulano de tal, nacionalidade, profissão, portadora da carteira de identidade n. XXXXXXXXXXXX - DETRAN/DF, inscrita no CPF sob o n. XXXXXXXX, **víuva** do Sr Fulano de tal, e **Fulano de tal**, nacionalidade, profissão, estado civil, portador do RG XXXXXXXX SSPDF., CPF XXXXXXXX, ambos domiciliados no XXXXXX e residentes na XXXXXXXXXXXX/DF, CEP: XXXXXXXX, telefone: (XX) XXXXXXXX, vêm por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXX, NÚCLEO DE XXXXXXXXXXXX**, nos termos da legislação vigente, requererem a abertura e processamento de

INVENTÁRIO

dos bens deixados por **Fulano de tal**, nacionalidade, **falecido em XX de XXXXXX de XXXX casado com Flano de tal**, conforme corrobora as certidões de óbito, deixando bem a inventariar, a esposa e filho, sem testamento ou disposições de última vontade conhecidos, pelo que prestam as declarações que se seguem:

DOS DE CUJUS E DOS HERDEIROS

O *de cujos* quando em vida possuía a seguinte qualificação: **Fulano de tal**, era portador da carteira de identidade n. XXXXXXXX SSPDF., CPF

XXXXXXX, falecido em XX/XX/XXXX, Causa da Morte a esclarecer, marceneiro, era casado com a Sra. **Fulano de tal**, nacionalidade, profissão, portadora do RG XXXXXXXXXX DETRANDF., CPF XXXXXXXXXX, residia na XXXXXXXXXXXX/DF, CEP: XXXXXXXXX, conforme corrobora a certidão de óbito e documentos de identidade.

Insta registrar que **Fulano de tal** ao falecer deixou XX filho, a saber: **Fulano de tal**, nacionalidade, profissão, estado civil, portador do RG XXXXXX SSPDF., CPF XXXXXXXXX, e **Fulano de tal, falecido em XX/XX/XXXX, sem deixar descendentes**, conforme corrobora a certidão de óbito.

DOS BENS

O *de cujus* deixou como bem a ser inventariado XX% dos eventuais direitos sobre X (XX) imóvel localizado XXXXXXXXXXXX/DF, CEP: XXXXX, sendo que o valor de XX% do imóvel corresponde a R\$ XXXXXXXXXX, considerando que os demais XX% se referem a meação da esposa.

DO SALDO DE PIS E FGTS EM NOME DO FALECIDO

O falecido deixou valores de PIS e FGTS, depositados na CEF - Caixa Econômica Federal, sendo R\$ XXXXX de PIS e R\$XXXXXXXXX .

Nesse sentido, e considerando a declaração anexa do INSS, temos que os valores do PIS e FGTS deverão ser liberados por meio de Alvará no presente feito, na proporção de XX% para cada Requerente.

DAS DÍVIDAS

Os herdeiros informam que desconhecem a existência dívidas ou obrigações em aberto deixadas pelo de cujus.

DO ESBOÇO DA PARTILHA

O bem descrito no item DOS BENS será partilhado na proporção de XX% para a esposa **fulano de tal, REFERENTE A SUA MEAÇÃO**, e os outros XX% para o filho, **fulano de tal** à título de herança

DA NOMEAÇÃO DE INVENTARIANTE

Outrossim, requerem a nomeação como Inventariante a primeira Requerente **Fulano de tal** que acompanhará o feito até o final.

DOS PEDIDOS

Ante ao exposto, requerem:

- a) sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;
- b) seja nomeada inventariante a primeira requerente, **Fulano de tal**
- c) seja a presente petição recebida como primeiras declarações, nos termos do art. 620, do CPC;
- c) seja expedido Alvará a favor dos Requerentes para liberação dos valores do PIS e FGTS depositados junto à CEF em nome do falecido, na proporção de xx% para cada Requerente;
- d) a **procedência** do presente pedido para, por sentença, julgar procedente o pedido deduzido pelos Requerentes e, por conseguinte, determine a partilha do patrimônio deixado pelo *de cujus*, na forma explicitada na presente inicial;
- e) se Vossa Excelência entender necessário, que seja expedido ofício a CEF – Caixa Econômica Federal, a fim de que tal instituição informe os saldos existentes em nome de **Fulano de tal**, referente à importância do PIS e FGTS;

f) seja julgado procedente o pedido para, por sentença, autorizar a Requerente, **Fulano de tal**, para efetuar o levantamento e saque, das importâncias depositadas junto a CEF – Caixa Econômica Federal, na inscrição **NIT XXXXXXXXXX**, oriundos do PIS E FGTS, em favor de **Fulno de tal**.

Protestam provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, máxime pela documentação que instrui a presente.

Valor da causa: R\$ **XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)**.

Nestes termos pede deferimento

Valor da causa: R\$ XXXXXXXXXXXX

XXXXXXXX-DF., 06/11/23 19:32:07

FLANO DE TAL

Primeira Requerente

FULANO DE TAL

Segundo Requerente

FULANO DE TAL

Defensor Público

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA DE RENDA

Fulano de tal, nacionalidade, profissão, portadora da carteira de identidade n. XXXXXXXXXXXX - DETRAN/DF, inscrita no CPF sob o n. XXXXXXXXXXXX, **víuva** do Sr Fulano de tal, e **Fulano de tal**, nacionalidade, profissão, estado civil, portador do RG XXXXXXXXXXXX SSPDF., CPF XXXXXXXXXXXX, ambos domiciliados no Distrito Federal e residentes na XXXXXXXXXXXX/DF, CEP: XXXXXXXXXXXX, telefone: (XX) XXXXXXXX, telefones: (XX) XXXXXXXXXXXX, declaram, com a finalidade de obter a gratuidade da justiça (**art. 98, do CPC**), que não possuem condições econômicas e financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, estando cientes de que, se falsa ou de má-fé esta declaração, poderemos incorrer nas penas do crime do art 299 do Código Penal (FALSIDADE IDEOLÓGICA), além do pagamento das despesas processuais que tiver deixado de adiantar e pagará, em caso de má-fé, até o décuplo de seu valor a título de multa (**parágrafo único, do art. 100, do CPC**)

Declaram, ainda, estarem cientes de que, ocorrendo mudança de endereço, esta tem que ser imediatamente comunicada ao juízo.

Comprometemo-nos outrossim, a comparecermos sempre que nos for solicitado à Defensoria Pública para acompanhar ou dar andamento ao processo, ficando cientes de que, o processo SERÁ EXTINTO sem julgamento do mérito quando o autor deixar de promover os atos e diligências que lhe competir, nos termos da legislação vigente..

XXXXXXXX-DF, 06/11/23 19:32:07

Declarantes

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO

Afirmo que orientei a requerente sobre o teor da Declaração, sobre quem pode ser beneficiado pela gratuidade de justiça, como também sobre as possíveis consequências de falsa declaração.

XXXXXXXXXXXX-DF, 06/11/23 19:32:07
